

RESENHA

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

Resenhado por Victoria Carvalho Junqueira ¹
Universidade de Brasília

Recebido em: maio de 2020
Aceito em: fevereiro de 2021
DOI: 10.26512/les.v22i1.31512

Publicada em 2017 pela editora Elefante, a obra corresponde à tese de doutorado da filósofa italiana Silvia Federici, concluída em 1984. O estudo contém ferramentas analíticas úteis para historiadores da Idade Moderna, tratando-se de uma obra interdisciplinar inspiradora. Todavia, ela peca no tocante à análise de documentos. O título do livro remete à bruxa Sycorax e ao seu filho Calibã, personagens da obra *A Tempestade*, de Shakespeare. Segundo Federici, a escolha do título se deu em função da busca de Calibã enquanto símbolo rebelde anticolonial, resistente à lógica do capitalismo, ao passo em que a bruxa seria a “encarnação de um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos a se rebelarem” (FEDERICI, 2017, p. 14). Federici é uma autora que trabalha transversalmente temas como a bruxaria, a luta camponesa pela terra e a luta das mulheres por direitos reprodutivos, um longo processo iniciado historicamente nos idos da Idade Moderna europeia que continua em movimento nos dias de hoje.

Uma posição crítica ao conceito de acumulação primitiva de Marx é seu ponto de partida. Segundo Federici, Marx desconsidera o desenvolvimento da nova divisão sexual do trabalho, a exclusão das mulheres do trabalho assalariado e conseqüente subordinação aos homens, bem como

¹ E-mail: victoriacunqueira@gmail.com.

a transformação do corpo da proletária em máquina de produção de novos trabalhadores. Semelhantemente, Federici também critica a história da sexualidade como exposta por Foucault, uma vez que aponta que o filósofo francês ignora a reprodução, funde histórias feminina e masculina, valendo-se de um “sujeito universal” e, por fim, ignora o processo de disciplinamento das mulheres. A autora propõe-se a demonstrar como a “caça às bruxas” foi um ataque ao corpo das mulheres e à autonomia que haviam adquirido com relação à sua função reprodutiva dentro da sociedade feudal. Na transição do feudalismo ao capitalismo, junto à luta pelas terras e à proletarização do campesinato, as mulheres tornaram-se força de trabalho não só braçal, como também reprodutivo. Para a autora, processos representativos disso foram os cercamentos ingleses e a conquista da América. Um ponto essencial para a compreensão da obra de Federici como um todo é a análise do trabalho não remunerado das mulheres no lar: os trabalhos domésticos, reprodutor e afetivo/sexual.

1. DIVISÃO DE CAPÍTULOS

O livro foi dividido em cinco capítulos. O capítulo um, intitulado “O mundo precisa de uma sacudida”, descreve o advento do trabalho servil como nova forma de exploração da mão-de-obra. Servem de pano de fundo para a análise os conflitos entre senhores de terra e servos em função dos impostos e das terras comunais, que se acirram no século XIII e XIV, mais especificamente na Inglaterra. Para a autora, em tempos anteriores, a relação entre mulheres e homens, no tocante à terra, seria menos desigual do que no sistema capitalista. Neste capítulo, a referência principal é o historiador marxista britânico Rodney Hilton, em sua obra de 1976, *The Transition from Feudalism to Capitalism*. A autora refere-se ao capitalismo como uma “contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta feudal” (Federici, 2017: 45). Enxerga, também, nos movimentos heréticos uma abertura à elevação de mulheres a posições sociais proibidas pela Igreja em termos institucionais – um bom exemplo foi a reação da Igreja Católica à organização das beguinas no século XII. O capítulo, enfim, procura respostas para a pergunta de porque modos alternativos de vida não se desenvolveram.

O capítulo dois, “A acumulação de trabalho e a degradação das mulheres”, nos fornece o conceito de acumulação primitiva próprio à autora, reformulado a partir de Marx, considerando os corpos das mulheres em função do trabalho de reproduzir a força de trabalho. Ela traça os desenvolvimentos que deram forma ao advento do capitalismo na Europa, que chama de “privatização da terra” e “Revolução dos Preços”, a partir das conquistas territoriais realizadas pelos Estados europeus no século XVI. A Reforma Protestante confiscou terras da Igreja Católica, mas

não as distribuiu entre seus apoiadores das classes baixas, servindo ao processo de concentração da terra. Ademais, a Conquista empreendida pelos europeus nas Américas serviu ao propósito de privatizar as terras indígenas naquele continente.

O terceiro capítulo tem como foco a transformação do corpo das classes subalternas em razão de uma nova disciplina do trabalho, partindo das noções da época advindas do mecanicismo de Descartes e de Hobbes, e dos novos estudos anatômicos em universidades europeias. Desapropriados de suas terras após processos como os cercamentos, camponeses e artesãos resistiram a essa transformação, muitas vezes tornando-se mendigos, vagabundos ou criminosos. Na Inglaterra, a resposta da burguesia veio na forma das “Leis Sangrentas”, que regularam o comportamento das classes baixas levando milhares de seus integrantes à forca. Neste capítulo apresenta-se um dos argumentos centrais do livro, localizado na página 261: “A incompatibilidade da magia com a disciplina de trabalho capitalista e com a exigência de controle social é uma das razões pelas quais o Estado lançou uma campanha de terror contra a magia”.

Já no quarto capítulo, intitulado “A grande caça às bruxas na Europa”, Federici questiona a indiferença dos historiadores ao fato de que a “caça” representou um genocídio de camponesas pobres, acusando os herdeiros da demonologia do século XVI de serem homens misóginos. As exceções seriam Macfarlane (1970), Monter (1977) e Soman (1992), e coube ao movimento feminista a ressurreição das bruxas como símbolo de revolta feminina.

A Magia é caracterizada pela autora enquanto categoria que abrange uma ampla variedade de práticas femininas – a das feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas – que debilitavam o poder do Estado e por isso foram perseguidas. Federici ressalta o fato de que as bruxas eram mulheres pobres acusadas por homens ricos donos de terra, um fato verificável pela análise dos casos judiciais de bruxaria, mas não só os que diziam respeito a essa ofensa.

O último capítulo trata da relação entre Caça às Bruxas e a Conquista da América, compondo a parte mais frágil da argumentação de Federici. Suas referências são parcas e anglocêntricas, algo destoante de sua intenção anticolonial, aproximando-se da ideia de coletâneas gerais contemporâneas que colocam capítulos a respeito de periferias ou minorias apenas para embelezar seu índice, sem qualquer preocupação com conteúdo de qualidade.

2. ANÁLISE CRÍTICA

Os excertos utilizados para exemplificar os argumentos de Federici não são provenientes de documentos, mas sim de literatura “secundária”, o que leva a maioria dos historiadores à desconfiança com relação ao estudo. A autora generaliza as temporalidades e localidades essenciais

aos trabalhos históricos, mesclando o período feudal com o moderno, e Estados-nacionais europeus como equivalentes à Europa continental. Há problemas conceituais quando a autora chama camponeses de proletários, Santa Inquisição de repressão estatal, imprensa da Idade Moderna de “propaganda multimídia” anti-bruxas, simplificações feitas para atrair um público não acadêmico que acabam induzindo-no ao erro. Ao ressaltar que só eram chamadas de bruxas mulheres pobres acusadas por homens ricos donos de terra, oculta o fato de que o sistema judicial na Europa Moderna como um todo funcionava dessa maneira com relação a todas as ofensas criminais, e não somente a bruxaria.

Apesar de reiterar as diferenças entre o feudalismo e o capitalismo, Federici não demonstra ter o conhecimento histórico necessário para esse exercício comparativo, para além da utilização de clichês acerca do medievo, generalizando esse período europeu, extremamente diverso quando tratamos de reinos distintos, por exemplo, quando comparamos Grã-Bretanha com a Península Ibérica.

Um grande problema do estudo é a narrativa teleológica de Federici: a argumentação da autora nos dá a impressão de que houve uma grande conspiração de elites europeias no século XVI para transformar o sistema mundial em capitalista e privar todo o povo de qualquer bem-estar. Isso demonstra a pouca compreensão de como se operava o poder à época e como os agentes históricos se engajaram nesses processos. A narrativa da autora, que se pretende revolucionária, na verdade se apresenta de certa forma como conformista: nada pôde o povo com suas rebeliões populares, sendo oprimido pelo Estado burguês e deixado à margem de seu funcionamento, servindo meramente como corpo explorado. Federici trata do advento da escravidão moderna de forma similar, focando-se mais numa espécie de manipulação objetiva das elites para transformar o povo em escravo do que na resistência dos que foram escravizados, ou das práticas internas à escravidão.

Infelizmente, Federici parte de um pressuposto que não se confirma em outros estudos históricos sobre mulheres na Europa moderna, idealizando a solidariedade entre mulheres no passado tal qual é pregada pelo feminismo contemporâneo. Por fim, para um trabalho que se diz embasado numa experiência vivida na Nigéria pós-colonial, e que dedica um capítulo inteiro à bruxaria nas Américas, faltam referências ligadas à história da América, homogeneizando a enorme complexidade e multiplicidade da América Hispânica, e confundindo-a, por vezes, com a América Portuguesa. Além disso, trata-se de uma obra revisada recentemente e que não contém qualquer menção a estudos pós-coloniais, recaindo em grave eurocentrismo.